



Senador Fernando Collor (C) preside audiência pública na Comissão de Infraestrutura, que contou com professores universitários e representantes do governo

Debate tem críticas a baixo investimento no setor mineral

Para especialistas, esse seria o principal motivo da pequena produção em relação a outros países. **6**

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.925 — Brasília, terça-feira, 13 de agosto de 2013



Comissão da MP do Mais Médicos deve ser instalada hoje

Por falta de quórum, instalação prevista para a semana passada foi adiada para hoje; 715 médicos formados no exterior já se inscreveram, segundo Ministério da Saúde

A comissão mista que analisará a Medida Provisória 621/2013, que institui o Programa Mais Médicos, deverá eleger hoje os parlamentares que ocuparão os cargos de presidente e vice. Já em vigor, o programa do governo federal vem recebendo críticas das entidades médicas, que realizaram ato público em

protesto na semana passada. Um dos pontos rejeitados pelos representantes da categoria é a permissão para que médicos com diploma estrangeiro atuem pelo programa sem fazer a revalidação de diploma. Até o momento, há 715 candidatos nessa situação. Governo já recuou quanto à extensão do tempo de curso médico em dois anos. **7**

Perda de mandato para parlamentar condenado volta a ser analisada **3**

Projetos que alteram Código do Consumidor têm 106 emendas **2**

Relator apresenta parecer a 600 sugestões ao novo Código Penal **2**



Entre senadoras e participantes da União Brasileira de Mulheres, Renan Calheiros parabeniza a entidade, que faz 25 anos

Mulheres querem ampliar conquistas

Em sessão solene do Congresso pelos 25 anos da União Brasileira de Mulheres, integrantes da entidade falam em

ampliação da participação política feminina e apoiam avanços como a Lei Maria da Penha e outros mais recentes. **2**

Malha fina da Receita para políticos vai a votação final **8**

Greve no Dnit pode aumentar atraso de obras, temem debatedores **6**

Comissão deve examinar hoje relatório sobre MP do Magistério **7**



Sala de cerimônias do primeiro crematório de Goiânia, aberto em 2010

Aumenta o número de crematórios no país

Fatores financeiros, culturais e ambientais explicam a opção cada vez mais comum à

cremação, provocando o crescimento, em 20 anos, de apenas 1 para os atuais 32 crematórios. **4 e 5**



Siga Brasil

É simples acessar



Criado pelo Senado, o **Siga Brasil** é um sistema de informações sobre **orçamento público** que permite acesso amplo e facilitado a diversas bases de dados da administração federal.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/sigabrasil

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

SENADO FEDERAL





Integrantes da União Brasileira de Mulheres celebram no Plenário os 25 anos da instituição e as conquistas alcançadas

Fortalecimento feminino é defendido em sessão solene

Em comemoração do Congresso pelos 25 anos da União Brasileira de Mulheres, parlamentares lembram conquistas nos últimos anos, mas ressaltam que participação política das mulheres precisa ser ampliada

O FORTALECIMENTO DA participação política feminina foi um dos temas na sessão solene do Congresso que ontem celebrou os 25 anos da União Brasileira de Mulheres (UBM). O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que pouco mais de 10% dos senadores são mulheres.

— Há um longo caminho a percorrer para se falar em igualdade. Embora sejam a maioria do eleitorado, as mulheres não alcançaram igual representação nas instâncias políticas — disse Renan.

Coordenadora nacional da UBM, Elza Campos lembrou que a entidade foi criada durante o 1º Congresso Nacional

de Entidades Emancipacionistas de Mulheres, em Salvador. Entre as conquistas obtidas, Elza mencionou a cota mínima de 30% nas candidaturas para eleições proporcionais.

— E isso ainda é pouco. Queremos 50% — declarou.

O mesmo tom foi adotado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora especial da Mulher do Senado. Ela reiterou que questões como essa têm de estar nas discussões sobre reforma política. Para permitir que isso aconteça, a deputada federal Jô Moraes (PCdoB-MG) defende financiamento público e lista com alternância entre homens e mulheres.

Ao destacar medidas do Legislativo, Renan disse que a Lei Maria da Penha “é uma afirmação definitiva de que a violência contra a mulher não é mais tolerada e, quando acontecer, deve ser punida com absoluto rigor”. Ele lembrou que o Senado aprovou neste ano o projeto que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a fazer cirurgia plástica reparadora imediatamente após a retirada da mama em casos de câncer (Lei 12.802/2013) e o atendimento integral do SUS às vítimas de violência sexual (Lei 12.845/2013). Recordou ainda que o Congresso estendeu todos os direitos trabalhistas às empregadas domésticas.

Comenda premiará defesa dos deficientes

O Plenário aprovou ontem o Projeto de Resolução (PRS) 46/2011, que cria a Comenda Dorina Gouveia Nowill. De autoria de Lídice da Mata (PSB-BA), o projeto estabelece que o Senado concederá anualmente a comenda a cinco pessoas que tenham oferecido contribuição relevante à defesa das pessoas com deficiência no Brasil. O texto segue para a promulgação.

O projeto foi aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) em maio deste ano, tendo como relatora Ana Rita (PT-ES). Poderão indicar candidatos à comenda

senadores, deputados federais e entidades governamentais e não governamentais que desenvolvam atividades relacionadas à defesa de pessoas com deficiência. A indicação deve ser acompanhada do currículo do candidato e da justificativa da candidatura.



Para Lídice, prêmio divulgará trabalhos dos que contribuem para a causa

A autora relata a história de Dorina Nowill na defesa dos interesses dos menos favorecidos e justifica que a comenda, ao mesmo tempo em que homenageia Dorina, irá premiar e divulgar o trabalho daqueles que contribuem para a defesa de pessoas com deficiência.

As indicações, a serem encaminhadas até 1º de abril de cada ano, serão analisadas pelo Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill, a ser composto por um representante de cada um dos partidos políticos com assento no Senado.

Uso irregular de vaga restrita pode ter pena agravada

Quem estacionar irregularmente em vagas reservadas a idosos ou pessoas com deficiência física poderá não só ser multado, como ter o veículo apreendido. O assunto é tema em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que deverá votar, amanhã, substitutivo de Anibal Diniz (PT-AC) a projeto de lei da Câmara que muda o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para tornar a infração grave.

Originalmente, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 99/2007 pretendia estabelecer como infração gravíssima o estacionamento não autorizado em vaga destinada a deficientes físicos. Anibal avaliou que a classificação seria excessiva, pois tal irregularidade não representaria ameaça à segurança do trânsito ou de terceiros. Assim, não só propôs a aplicação da infração como grave, como decidiu estendê-la ao motorista que

também usar irregularmente vagas reservadas a idosos.

O substitutivo do parlamentar reúne mais três mudanças ao CTB. Além do detalhamento da sinalização rodoviária indicativa de pronto-socorro, revê o rol de equipamentos de uso obrigatório em bicicletas e permite nova contagem de prazo para contestação de infração ou pagamento de multa após atualização do endereço do motorista.

Projetos que alteram Código do Consumidor recebem 106 emendas

A comissão temporária de modernização do Código de Defesa do Consumidor recebeu 106 emendas aos projetos sob análise, anunciou ontem Humberto Costa (PT-PE).

Foram apresentadas 31 emendas ao PLS 281/2012, que atualiza os dispositivos do Código de Defesa do Consumidor sobre comércio eletrônico; 33 emendas ao PLS 282/2012, que disciplina as ações coletivas; e 42 emendas ao PLS 283/2012, que trata de crédito ao consumidor e superendividamento.

Os três projetos, assinados pelo então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), derivam do trabalho de uma comissão especial de juristas criada em dezembro de 2010.

Comissão apresenta parecer a sugestões ao novo Código Penal

A Comissão de Reforma do Código Penal divulga amanhã, às 15h, a prévia do relatório

sobre as mais de 600 emendas apresentadas ao PLS 236/2012. Também será definido novo prazo para apresentação de emendas.

A expectativa do relator, Pedro Taques (PDT-MT, foto), é de concluir a votação até o final do ano. A revisão do Código Penal começou em 2011, com a instalação de comissão de juristas que apresentou anteprojeto com 543 artigos. O texto resultou no PLS 236, subscrito pelo então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).



Marcos Oliveira / Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Banco da Terra

14h Na pauta da sessão deliberativa, projeto que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária — Banco da Terra.

PRESIDÊNCIA Saúde+10

11h30 Renan Calheiros recebe o presidente da Fiesp, Paulo Skaf; às 12h, o senador Humberto Costa e representantes do movimento Saúde+10; e, às 16h, preside a ordem do dia.

COPA 2014 Conclusão de obras

8h30 O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, comparece a audiência na Subcomissão de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 para falar sobre prazos das obras.

CCT Prevenção a desastres climáticos

9h Consta da pauta da comissão substitutivo a projeto que institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos. Também em análise projetos de decreto legislativo que autorizam serviços de radiodifusão. Após a reunião, votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2014.

CAE Crédito a três estados

9h30J Na pauta, autorizações para operações de créditos (São Paulo, Pará e Sergipe) e projeto que normatiza a responsabilização na contratação de obras públicas. Votação de emendas à LDO.

CE Isenção tributária para a Fifa

11h Entre os projetos em análise na Comissão de Educação, está o que trata de isenção de ISS à Fifa para fatos relacionados com a Copa das Confederações 2013 e com a Copa do Mundo de 2014. Votação de emendas à LDO.

LEXML 3º Encontro Nacional

11h 3º Encontro Nacional de LexML, no Auditório do Interlegis.

CMMC Baixo carbono

11h O coordenador-geral de Meio Ambiente da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Aloisio Pereira, debate os mecanismos financeiros para uma economia de baixo carbono.

CDH Abandono afetivo

12h A pauta inclui projeto que torna crime o abandono afetivo dos filhos e proposta que destina 5% do Fundo Partidário para promover a participação de afrodescendentes. Às 11h, emendas à LDO.

CRE Caças da FAB

14h30 Debate sobre a modernização da Força Aérea Brasileira. Depois, indicações para embaixadas na Holanda e no Japão.

CMO Reunião deliberativa

19h A Comissão Mista de Orçamento se reúne no Plenário 2 da Câmara.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, audiência da Subcomissão de Acompanhamento da Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016. Às 11h, reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. E, às 14h, transmissão da sessão plenária. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h30, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Proposta determina cassação do cargo em caso de sentença definitiva por improbidade ou crime contra a administração pública

Perda automática de mandato volta a ser discutida em comissão do Senado

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) retoma amanhã o debate da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/2013, que determina perda automática do mandato de parlamentares condenados, em sentença definitiva, por improbidade administrativa ou crime contra a administração pública. Na semana passada, após emendas de última hora, o relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), pediu tempo para analisar as sugestões.

A proposta passou a ser conhecida como “PEC dos Mensaleiros”, apelido difundido pelo próprio autor, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Semana passada, contrariando o entendimento anterior, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que cabe ao Congresso definir o destino de um parlamentar condenado. Pela PEC, a cassação do mandato passa a ser automática por meio de declaração da Mesa da Câmara ou do Senado quando não houver mais possibilidade de



Eduardo Braga havia pedido mais tempo para avaliar as emendas apresentadas

apelação contra a sentença.

Braga se manifestou a favor da proposta nos dois relatórios que apresentou à CCJ. No primeiro, ele sugeriu substitutivo para que a perda do mandato se dê após comunicação do Poder Judiciário. De acordo com o senador, isso elimina ambiguidades de interpretação.

Em 12 de julho, Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) pediu vista e conseguiu o adiamento. Depois apresentou emenda

que levou Braga a fazer o segundo relatório, na semana passada, pois considerou que a emenda de Rodrigues aperfeiçoa o substitutivo. Um dos objetivos foi estabelecer que, para que a perda do cargo seja automática, a decisão judicial também determine perda do mandato. Com a emenda, os crimes hediondos também passam a fazer parte da lista de delitos que provocam a perda automática do mandato.

Em relação às demais emendas, Braga alegou a necessidade de análise sem precipitações, evitando dúvidas sobre constitucionalidade. Duas são de Aloysio Nunes (PSDB-SP) e outra é de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Aloysio propõe prazo de até 72 horas para a perda do mandato, a contar da comunicação da Justiça. Outro objetivo é incluir entre as hipóteses de perda automática a condenação criminal definitiva que tenha por efeito a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo nas condições já previstas na lei penal: quando a pena envolver restrição de liberdade maior que quatro anos.

A emenda de Valadares amplia o conjunto das infrações que, no caso de condenação definitiva, podem também resultar na perda automática de mandato: lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, além dos crimes praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

Renan: Casa vai aguardar decisão do STF sobre mandato de Cassol

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que a Casa vai esperar o trânsito em julgado da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o senador Ivo Cassol (PP-RO) para se manifestar. Ele foi questionado sobre a possibilidade de Cassol perder o mandato por ter sido condenado pelo STF.

— Não convém, do ponto de vista das instituições, queimar etapas. É fundamental que nós aguardemos o trânsito em julgado da decisão do Supremo. O Senado fará o que sempre fez: dará cumprimento à Constituição — disse Renan.

O STF reconheceu na semana passada que cabe ao Congresso Nacional deliberar



Segundo Renan Calheiros, o Senado “fará o que sempre fez” e cumprirá a Constituição; Ivo Cassol anuncia recurso

sobre a perda de mandato de senador ou deputado federal condenado pela Corte. A mudança de posição do tribunal ocorreu em julgamento realizado na quinta-feira, quando o senador de Rondônia foi

responsabilizado por licitações irregulares realizadas no período de 1998 a 2002, quando foi prefeito de Rolim de Moura (RO).

Cassol anunciou que pretende questionar a decisão



do STF. De acordo com a assessoria do senador, ele discorda do resultado e vai “recorrer nos termos da lei, porque não houve os fatos de que o Ministério Público o acusa”.

Jarbas defende fim das coligações proporcionais



Jarbas reclama de sua proposta de emenda ter sido “sabotada”

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) destacou em pronunciamento ontem que sua proposta de emenda à constituição (PEC 29/2007) para o fim das coligações proporcionais está há seis anos em tramitação. Ele atribuiu a lentidão do processo a questões político-partidárias e afirmou que a matéria não foi aprovada “porque assim não quiseram os últimos presidentes do Senado”.

— Talvez por eu ser um dissidente do PMDB, não concordar com o apoio ao PT, discordar da orientação

do comando nacional do partido. A verdade é que fui sabotado, repetidamente, de forma escancarada — disse.

O parlamentar também mencionou que, na criação da comissão para debater a reforma política, sua proposta acabou prejudicada por outro do então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

Jarbas disse que a PEC 40/2011, de Sarney, é idêntica à sua e teve parecer favorável, apesar de o Regimento Interno da Casa estabelecer que, nas tramitações em conjunto, tem

precedência a proposta mais antiga.

A PEC 29/2007 altera a Constituição para admitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

Jarbas disse que o principal objetivo é reduzir as chamadas “legendas de aluguel” e denúncias de vendas de emendas para prefeituras ou governos estaduais.

— Caso a minha PEC tivesse sido aprovada, o Brasil já teria uma grande mudança no seu sistema político-eleitoral — afirmou.

Engenheiro pode ser convocado a esclarecer denúncias

Uma audiência com o engenheiro e ex-diretor da BR Distribuidora João Augusto Henriques, acusado de participar de esquema de corrupção na Petrobras para favorecer parlamentares, partidos políticos e campanhas eleitorais, foi requerida por Alvaro Dias (PSDB-PR) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) à Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA).

O requerimento, que deve ser votado hoje, convida João Augusto Henriques para prestar esclarecimentos sobre a denúncia publicada na revista *Época*. Segundo a reportagem, o ex-diretor afirmou que todos os contratos na área internacional da estatal tinham que passar por ele, que cobrava pedágio dos empresários interessados. Cerca de 60% a 70% do dinheiro arrecadado desses empresários seria repassado a partidos políticos para beneficiar um grupo de parlamentares. Parte dos recursos teria sido repassada durante a última campanha presidencial, em 2010. Em nota, o engenheiro disse ter apenas conversado informalmente com o repórter.

Em pronunciamento ontem, Alvaro disse que o desmonte atual da estatal petrolífera é decorrente do declínio apontado pela oposição já em 2009, quando foi proposta a instalação da CPI da Petrobras.

— Trata-se de um sistema promíscuo instalado em Brasília há 12 anos, com o objetivo de cooptar forças políticas para consolidar uma ampla base de apoio ao governo do PT — disse.

Também ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o presidente nacional do PMDB, senador Valdir Raupp (RO), negou as denúncias publicadas pela *Época* de que setores do partido teriam operado o esquema de propina.



Alvaro (foto) e Aloysio pedem realização de audiência na CMA

Para especialistas, baixa produção mineral reflete pouco investimento

Participantes de debate na Comissão de Infraestrutura revelam que Chile, por exemplo, investe 18 vezes mais no setor que o Brasil

O BRASIL INVESTE pouco na pesquisa mineral e o resultado se reflete na produção. Essas foram opiniões expostas ontem na audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sobre o potencial mineral brasileiro. A audiência faz parte do ciclo de debates Mineração: governança e logística, promovido a partir de proposta de Fernando Collor (PTB-AL), presidente do colegiado.

O secretário-executivo da Agência para o Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira, Onildo João Marini, comparou Brasil, Canadá e Austrália, países que têm dimensão e formação geológica semelhantes. Enquanto o Canadá produz 3,4 kg/km² e a Austrália, 5,7 kg/km², o Brasil produz apenas 0,9 kg/km². Os gastos em pesquisa, de 1969 a 1990, foram de US\$ 4,9 bilhões no Canadá, US\$ 2,9 bilhões na Austrália e pouco mais de US\$ 600 milhões no Brasil.

O professor Caetano Juliani, do Departamento de Geologia Sedimentar e Ambiental da Universidade de São Paulo



Caetano Juliani (E) fala na CI acompanhado por Onildo João Marini, senador Fernando Collor, Tássia Arraes e Mario Ernesto

(USP), informou que o Canadá investe quatro vezes mais que o Brasil por quilômetro quadrado. A Austrália, mais de cinco vezes. O Brasil perde também para vizinhos sul-americanos: o Peru investe 15 vezes mais e o Chile, 18 vezes.

Juliani disse que a indústria da transformação mineral gera US\$ 130 bilhões por ano e corresponde a 28% do PIB. A mineração deixou um saldo comercial de US\$ 30 bilhões em 2012, embora isso venha quase integralmente pelo minério de ferro. Cada emprego na mineração gera outros três, tendo totalizado quase 2,5 milhões de empregos em 2011.

A coordenadora de Programas Mobilizadores do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Tássia de Melo Arraes, alertou para a elevada dependência externa: o Brasil importa 90% do potássio e 50% do fosfato que usa na agricultura. Ela elogiou o Projeto Terras-Raras, empreendido pelo Serviço Geológico Brasileiro, que visa à identificação de novas áreas potenciais.

Mario Ernesto, do Departamento de Física da Universidade Federal de Sergipe, afirmou que os minerais estratégicos têm maior valor agregado de acordo com o grau de pureza. Ele elogiou a retomada das pesquisas

pelas universidades, mas criticou o baixo investimento pelas empresas.

Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou a quem pertence a riqueza mineral. Mario Ernesto disse que o Brasil detém mais de 90% da produção mundial de nióbio, mas lembrou que produtos com alta tecnologia que utilizam o mineral não são produzidos no Brasil.

Collor informou que a antecipação do debate, pela CI, sobre o novo marco regulatório da mineração, em tramitação na Câmara, deve responder às seguintes perguntas: induz ou inibe o investimento? Gera maior estabilidade jurídica?

Aloysio critica usinas eólicas sem redes de transmissão

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou ontem usinas eólicas no Nordeste que não têm linhas de transmissão. Ele lembrou que, em julho de 2012, 28 parques eólicos estavam nessa situação. O senador explicou que, como entregaram os parques no prazo, as empresas recebem do governo o que está nos contratos, mesmo sem gerar energia, e quem paga é o contribuinte.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Raupp comemora crescimento da exportação de carne

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou os números das exportações de carne do Brasil, especialmente em Rondônia.

— O agronegócio tem salvo nossas exportações — disse.

Ele citou crescimento de 7,3% em 2012, com US\$ 5,77 bilhões. Para o senador, o resultado poderia ser melhor se não fossem a crise mundial e o baixo valor internacional da carne.



Moreira Moritz/Agência Senado

Greve no Dnit pode atrasar obras de infraestrutura

A situação dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), paralisados em todo o país desde 25 de junho, foi tema de audiência ontem na Comissão de Infraestrutura (CI), com representantes dos trabalhadores, da direção do Dnit e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os servidores, que reivindicam reestruturação do plano de carreira e equiparação com a Agência Nacional de Transportes Terrestres e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, recusaram o reajuste de 15,8% oferecido pelo governo. Os debatedores ressaltaram o temor de que a paralisação aumente os atrasos nas obras

de infraestrutura da União.

Luiz Heleno Albuquerque Filho, representante da Comissão Nacional dos Servidores do Dnit, pediu o reconhecimento do trabalho desempenhado em uma área estratégica do Estado, assinalando o contraste entre a escassez de servidores e o aumento das atribuições do órgão. Ele lembrou que o Dnit

tem sofrido com a aposentadoria de muitos funcionários e por oferecer uma carreira pouco atraente a concursandos.

Os servidores chegaram a vaiar Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça, secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, em resposta à afirmação de que o setor público paga salários acima da média. Porém, Mendonça admitiu a disposição do governo de estimular concursos públicos e negociar com servidores.

O presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), citou o “respeito ao servidor” por parte dos governos Lula e Dilma e mostrou-se confiante na sensibilidade do Poder Executivo às reivindicações.

Wellington Dias relata viagem ao interior do Piauí

Em discurso ontem, Wellington Dias (PT-PI) fez um relato da viagem que fez pelo interior do Piauí e destacou a conclusão de várias obras importantes para a população. Em Campo Maior, foram entregues 250 casas para as vítimas das últimas enchentes.

— Fizemos a opção de atender essas famílias com a cota que o Piauí tinha do Programa Minha Casa, Minha Vida — explicou.



Moreira Moritz/Agência Senado



Funcionários do Dnit acompanham audiência pública na CI, que debateu greve da categoria iniciada em 25 de junho

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretora-adjunta: Virgínia Galvez
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Comissão do Programa Mais Médicos deve ser instalada hoje

Proposta do governo, para levar médicos a lugares com carência desses profissionais, encontra resistência de entidades classistas

DEVERÁ SER INSTALADA hoje, às 14h40, a comissão mista que vai analisar a Medida Provisória (MP) 621/2013, que institui o Programa Mais Médicos, com a eleição do presidente e do vice-presidente do colegiado. A instalação estava prevista para a quarta-feira da semana passada, mas foi adiada por falta de quórum.

O programa, que vem recebendo críticas das entidades médicas, tem o objetivo de levar profissionais para regiões onde há escassez ou ausência de médicos.

A MP estabelece novos parâmetros para a formação dos estudantes de Medicina no Brasil, como a extensão do curso em dois anos para a prática obrigatória no Sistema Único de Saúde (SUS). Posteriormente, o governo admitiu não alterar a duração do curso, estabelecendo como alternativa um período de residência médica no SUS.

Outro ponto polêmico é



Médicos protestam contra a MP na semana passada: falta de acordo adiou para hoje abertura da comissão mista

a convocação de médicos, inclusive estrangeiros, para atuarem nas periferias de grandes cidades e municípios do interior do país. Esses profissionais receberão bolsa federal de R\$ 10 mil, paga pelo Ministério da Saúde, mais ajuda de custo, e farão especialização em Atenção Básica durante os três anos do programa.

Os médicos com diploma

estrangeiro não precisam fazer a Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras (Revalida). Eles só poderão atuar dentro do Mais Médicos e na região para a qual foram selecionados.

Inscrições

Como as medidas provisórias valem como lei desde sua edição pelo governo, já

começaram as inscrições de médicos para o programa. Segundo balanço apresentado no sábado pelo Ministério da Saúde, 715 médicos formados no exterior indicaram municípios para participar do programa. Desses, 194 são brasileiros que se formaram fora do país e 521 são estrangeiros. A próxima chamada de médicos e municípios começa quinta-feira.

Para Rollemberg, é preciso aumentar e garantir financiamento do SUS

Em pronunciamento ontem, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) defendeu o projeto de iniciativa popular Saúde+10, a ser apresentado esta semana no Senado, que prevê investimentos de 10% da receita corrente bruta da União em saúde pública.

Ao comentar o projeto, que conta com o apoio de quase 1,9 milhão de assinaturas, Rollemberg disse que o Brasil ainda gasta pouco com o setor. Segundo ele, mesmo com mais de R\$ 80 bilhões destinados à saúde em 2013, o Sistema Único de Saúde (SUS) se vê “estrangulado”.

Hoje, disse Rollemberg, o déficit na saúde é de R\$ 70 bilhões, se considerados os parâmetros da Organização Mundial da Saúde (OMS). Atualmente, vão para a saúde menos de 4% do produto interno bruto (PIB), ao contrário de países que implementaram sistema público universal e de qualidade, cujos gastos alcançam a média de 7% do PIB, sendo pelo menos 75% de responsabilidade pública.

A implantação do Sistema Único de Saúde foi uma das maiores vitórias da população brasileira na Constituinte de 1988, mas é preciso garantir o financiamento e a ampliação do sistema, disse Rollemberg. A priorização da saúde não pode ser mais adiada, acrescentou, ao afirmar que o país, os estados e os municípios precisam adotar como prioridade absoluta o suporte básico e qualificado à saúde da população.



Moniz/Agência Senado

Figueiró cobra mais investimentos em saúde e fiscalização do setor

Um plano com metas de curto, médio e longo prazos é necessário para reverter a situação da saúde, segundo Ruben Figueiró (PSDB-MS). O senador destacou que o setor enfrenta problemas como falta de recursos, gestão precária e corrupção.

— O descaso das autoridades com o sistema de saúde é a maior expressão do atraso de um país. A permanecer o atual estado, seremos sempre um país potencialmente rico, com uma população extremamente pobre e doente — lamentou.

Para o senador, a tarefa deve levar décadas para surtir resultado. Ainda assim, Figueiró disse acreditar que ampliação dos recursos, planejamento organizado e plano de carreira consistente para profissionais da saúde podem facilitar o processo. Ele destacou o abaixo-assinado do Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública, que reuniu mais de 1,8 milhão de assinaturas pela destinação de 10% da receita corrente bruta do país ao Sistema Único de Saúde (SUS). Se a iniciativa for adotada, serão mais R\$ 42 bilhões anuais para o setor.

— O Brasil precisa de muito dinheiro na saúde para começar a inverter os índices negativos de qualidade de atendimento. Cuidar da saúde é caro, mas é um objetivo precípua do Estado — disse.

O senador apontou como necessária a ampliação dos mecanismos de fiscalização e controle, além de punições mais rigorosas para quem desvia dinheiro da área.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Paulo Paim anuncia que aposentados do Aerus serão recebidos por Dilma Rousseff

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou em pronunciamento ontem que os representantes dos aposentados do Aerus serão recebidos hoje à tarde pelos ministros Gleisi Hoffmann, da Casa Civil; Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República; e Luís Inácio Adams, da Advocacia-Geral da União (AGU).

Paim informou ainda que, em seguida, os pensionistas também devem ter uma audiência com a presidente Dilma.

— É uma perspectiva real da construção de um entendimento — disse o senador.

O anúncio foi direcionado a quatro aposentados do Aerus presentes na galeria do Plenário do Senado. Eles estão em vigília no Congresso Nacional há uma semana e já receberam o apoio de parlamentares de diversos partidos, além do presidente, Renan Calheiros, que prometeu interceder pessoalmente em favor do grupo.

Os aposentados buscam o pagamento dos benefícios do fundo de pensões Aerus, que reúne ex-funcionários das falidas empresas Varig e Transbrasil. A questão se estende na Justiça há 13 anos.

— Mais de 800 aposentados e pensionistas do Aerus já faleceram e não receberam o que tinham direito — lamentou Paim.

Em aparte, Alvaro Dias (PSDB-PR) disse esperar que o governo se posicione com clareza. Ele lembrou que, no passado, quando deveria arcar com os prejuízos do fundo, a União recorreu de decisões judiciais e “ludibriou” os aposentados.



Waldemir Borretto/Agência Senado



Waldemir Borretto/Agência Senado

Para Vital, reivindicação foi uma das mais expressivas nos protestos

Vital do Rêgo quer audiências públicas sobre passe livre

Vital do Rêgo (PMDB-PB) anunciou a disposição de iniciar imediatamente uma série de audiências públicas sobre o projeto que institui o passe livre estudantil em âmbito nacional.

A iniciativa (PLS 248/2013), relatada por ele na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), é de Renan Calheiros (PMDB-AL).

Para Vital do Rêgo, o passe livre estudantil foi “uma das mais expressivas reivindicações da juventude brasileira” nas recentes manifestações feitas no país.

— Há a necessidade de uma resposta imediata da sociedade no que diz respeito aos transportes urbanos no país — afirmou.

O parlamentar citou “dados assustadores” sobre o transporte urbano.

Ele afirmou que é hora de governo e sociedade, em vez do privilégio ao automóvel, promoverem o transporte público na agenda desenvolvimentista do país.

Comissão da MP do Magistério vota relatório hoje

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 614/2013, que trata da estruturação do Plano de Carreira e Cargos de Magistério Federal, reúne-se hoje, às 15h, para votar o parecer do relator, deputado Roberto Santiago (PSD-SP).

Uma das alterações mais importantes é a exigência de doutorado para ingresso na carreira de professor das instituições de ensino superior. Pela legislação vigente, o requisito é o diploma de graduação.

A MP autoriza professores a receber remuneração por atividades artísticas e culturais relacionadas à área de docência. Eles também poderão ser pagos por colaboração esporádica em projetos científicos ou tecnológicos em seu campo de atividade.

Malha fina para políticos chega à votação final

Pauta da Comissão de Assuntos Econômicos tem também projeto que aumenta de 21 para 28 anos a idade para incluir dependentes na declaração do Imposto de Renda

DOIS PROJETOS QUE alteram as regras para declaração de Imposto de Renda estão na pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de hoje, em votação final. O PLS 99/2009 estabelece que todos os políticos com mandato eletivo devem passar pela malha fina da Receita Federal e o PLS 145/2008 eleva de 21 para 28 anos a idade para dependentes na declaração.

A inclusão automática de políticos na fiscalização mais rigorosa da Secretaria da Receita Federal para exame das declarações, segundo o autor, Cristovam Buarque (PDT-DF), deve acontecer porque eles administram bens coletivos.

O voto do relator na CAE, Eduardo Suplicy (PT-SP), é favorável, em desacordo com parecer da Comissão de



Lindbergh Farias (D) preside sessão da CAE, ao lado do senador Sérgio Souza

Constituição e Justiça (CCJ), em que o relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), considerou a proposta inconstitucional, pelo tratamento desigual. Segundo ele, a proposta estabelece a presunção de que os agentes públicos são suspeitos, mesmo antes da apuração de irregularidades na situação patrimonial.

O PLS 145/2008, do ex-senador Neuto De Conto, amplia a idade dos dependentes com o argumento de que hoje a exigência de maior qualificação técnica obriga o jovem a estender a vida acadêmica e retardar o ingresso no mercado de trabalho. Aprovado na Comissão de Assuntos Sociais

(CAS), o projeto foi questionado por Benedito de Lira (PP-AL), relator na CAE. Ele apresentou emenda retirando a exigência original de que o contribuinte tenha a "guarda legal" do dependente, observando que é juridicamente impossível deter a guarda de alguém maior de 18 anos.

Também está na pauta da CAE o PLS 236/2010, que cria a Ajuda Especial de Manutenção para famílias com renda mensal per capita igual ou inferior a um salário mínimo que mantenham sob seus cuidados pessoa com mais de 70 anos. O benefício será no valor de um salário mínimo por pessoa idosa, a ser pago mensalmente até a morte. A família deve promover o bem-estar do idoso e cuidados mínimos para uma vida digna.

A proposta, do ex-senador Jefferson Praia, tem Roberto Requião (PMDB-PR) como relator na CAE. No relatório, Requião destacou que tem havido, nos últimos anos, um crescimento significativo do número de idosos pobres, que precisam de cuidados crescentes ao mesmo tempo em que "permanecem como a base econômica da vida familiar, especialmente em razão dos benefícios previdenciários e assistenciais que venham a receber".

O relator deu parecer favorável à proposta com duas emendas especificando a fonte dos recursos, a serem custeados pelo Fundo do Regime Geral da Previdência Social, e assegurando que a lei só passe a valer no ano seguinte ao da publicação.

Humberto registra alta na aprovação ao governo Dilma

Em discurso no Plenário ontem, Humberto Costa (PT-PE)



Waldemir Barreto/Agência Senado

registrou o resultado da pesquisa Datafolha, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* do último sábado, que aponta um início de recuperação de popularidade da presidente Dilma Rousseff. Depois de registrar uma aprovação de 30% no mês de junho, o governo de Dilma Rousseff alcançou, na última pesquisa, um índice de aprovação de 36%.

— Pouco a pouco, a população vai observando que muito do que foi feito foi fundamental para que o país avançasse, embora a população esteja correta em querer mais — disse o senador.

Humberto reconheceu que a pequena recuperação não significa que tudo esteja resolvido, mas deve motivar a busca da concretização das propostas do governo.

Suplicy comemora recuperação da presidente

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou o aumento da popularidade



Mônica Moritz/Agência Senado

da presidente Dilma Rousseff registrado por pesquisa do instituto Datafolha. Em pronunciamento ontem, o senador salientou que o aumento da aprovação ao governo — precedido por uma queda acentuada em junho, na época das grandes manifestações de rua — veio acompanhado de um otimismo crescente quanto à redução da inflação e do desemprego.

— As prioridades estabelecidas pela presidente estão sendo entendidas como de alguém que respeita os anseios dos brasileiros — sublinhou Suplicy.

Comentando outro item da pesquisa, ele pediu a reflexão dos integrantes da Casa sobre a baixa avaliação do Congresso na sequência dos protestos populares.

Anibal Diniz exalta crescimento do IDH municipal no Brasil

O Brasil registrou um salto de 47,8% no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre 1991 e 2010, comemorou Anibal Diniz (PT-AC). Os dados foram divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

O senador disse que o resultado foi puxado pela melhoria acentuada dos municípios menos desenvolvidos em longevidade, educação e renda. Ele destacou que, apesar de a área da educação ter tido o maior avanço nas duas décadas (129%), ainda é a que tem a menor contribuição em termos absolutos para o valor atual do IDHM.

— Não basta todas as crianças estarem na escola, mas que saibam ler, escrever, realizar operações matemáticas e tenham domínio das habilidades exigidas pela sociedade moderna.

Vanessa afirma que brasileiros querem qualidade de vida

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse ontem em Plenário que a população brasileira quer mais qualidade de vida. Ela comentou pesquisa do Datafolha que mostrou um crescimento de seis pontos percentuais na avaliação do governo Dilma.

Vanessa disse que o Brasil tem avançado bastante, como mostraram os dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos municípios, divulgados em julho. No entanto, a senadora acredita que a sociedade busca mais qualidade de vida, principalmente nas cidades.

— A avaliação que podemos fazer da cidade de Manaus é que, diferentemente do IDH, a qualidade de vida tem piorado nesses últimos anos. O sistema de transporte público piorou em todos os aspectos — exemplificou.

Cristovam critica os gastos do governo com publicidade

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou ontem os gastos do governo da presidente Dilma Rousseff com publicidade. O senador citou dados publicados nos jornais que apontam gastos de R\$ 3,56 bilhões com publicidade em 2010 e 2011. Para o parlamentar, o valor parece ainda mais alto se comparado ao que foi gasto na construção de creches, por exemplo.

— É um absurdo esse uso do Orçamento em que se gasta 50 vezes mais em publicidade do que em creches. Eu não vou comparar com outros itens, mas também daria para comparar — afirmou.

Na opinião de Cristovam, os gastos com publicidade têm como objetivo passar a impressão de que o Brasil vai bem e disfarçar os problemas como a falta de creches.

Indiferença de políticos freia o país, diz Requião

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que a indiferença dos



Waldemir Barreto/Agência Senado

dirigentes políticos com relação à gravidade da situação da economia coloca o país sob o risco de enfrentar um cenário de redução de investimentos públicos e privados e, portanto, de baixo crescimento do produto interno bruto (PIB).

— A nossa insensibilidade [dos políticos], a nossa apatia diante da valorização do câmbio e o aumento de juros, por exemplo, têm consequências trágicas. Será que não compreendemos que o câmbio e os juros nos empurram para a desindustrialização e intensificam o perigo do desemprego?

Requião apontou também como entrave ao progresso o despreparo do governo para enfrentar a crise mundial e alertou para a possibilidade de uma crise cambial.

Senadores pedem reprise da sessão no horário nobre

A decisão da TV Senado de não reprisar a sessão plenária no chamado horário nobre (a partir das 20h30) e fazê-lo a partir das 23h recebeu críticas. O assunto foi levantado por Roberto Requião

(PMDB-PR), que fez um apelo para que o presidente Renan Calheiros reveja a decisão.

— A TV Senado não é uma televisão de variedades. Não procura audiência, procura transparência. Tem que

comunicar o que acontece nas comissões e no Plenário, o que dizem os senadores, sem edição — disse, salientando que a reprise na madrugada impede que o trabalho parlamentar chegue aos que

acordam cedo. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) classificou a decisão um retrocesso. Pedro Taques (PDT-MT) tachou de absurda e disse que os cidadãos querem ouvir os representantes, não programas

jornalísticos. Eduardo Suplicy (PT-SP), Anibal Diniz (PT-AC), Cristovam Buarque (PDT-DF), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Wellington Dias (PT-PI) também pediram a reprise no horário nobre.